



SME BÚZIOS-RJ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BÚZIOS - RIO DE JANEIRO

PROFESSOR DOCENTE II LÍNGUA INGLESA

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Legislação Educacional
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL Nº 01/2026



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



SME BÚZIOS RJ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
BÚZIOS - RIO DE JANEIRO - RJ

Professor Docente II –
Língua Inglesa

EDITAL Nº 01/2026

CÓD: SL-011FV-26
7908433290995

Língua Portuguesa

1. Leitura e compreensão de textos variados	7
2. Modos de organização do discurso: descritivo, narrativo, argumentativo, injuntivo, expositivo e dissertativo	10
3. Gêneros do discurso: definição, reconhecimento dos elementos básicos	16
4. Coesão e coerência: mecanismos, efeitos de sentido no texto	18
5. Relação entre as partes do texto: causa, consequência, comparação, conclusão, exemplificação, generalização, particularização.....	19
6. Conectivos: classificação, uso, efeitos de sentido.....	20
7. Verbos: pessoa, número, tempo e modo. Vozes verbais; Flexão nominal e verbal	21
8. Transitividade verbal e nominal	23
9. Estrutura, classificação e formação de palavras	25
10. Funções e classes de palavras.....	26
11. Regência verbal e nominal.....	35
12. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.....	38
13. Figuras de linguagem	39
14. Funções da linguagem	42
15. Gradação e ênfase	43
16. Sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos	44
17. Acentuação gráfica.....	46
18. Pontuação: regras e efeitos de sentido; Recursos gráficos: regras, efeitos de sentido.....	47
19. Sintaxe do Período Simples; Coordenação e subordinação	49
20. Crase	54

Legislação Educacional

1. Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069/90.....	63
2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei Federal nº 9.394/96	102
3. Lei Brasileira de Inclusão - Lei Federal nº 13.146/15	122
4. Plano Nacional de Educação - Lei Federal nº 13.005/14.....	140
5. Base Nacional Comum Curricular	142
6. Plano Municipal de Educação de Armação de Búzios/RJ.....	142
7. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica	142
8. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana – Resolução nº 1/2024	142
9. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil	143
10. Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos	144
11. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos	147
12. PCCR do Magistério de Armação dos Búzios	155

Conhecimentos Específicos

Professor Docente II – Língua Inglesa

1. Métodos e abordagens de ensino da língua inglesa (Metodologias pré-comunicativas; Metodologias humanísticas; Metodologias comunicativas; A conceituação de “competência comunicativa”; O ensino o Inglês Instrumental (ESP) no Brasil: compreensão leitora)	159
2. Compreensão de textos (Estratégias de leitura: compreensão pontual e global; Gênero textual e tipo de texto; Inferência e dedução; Relação texto-contexto; Mecanismos de coesão e coerência).....	163
3. Aspectos da léxico-gramática (Processos de derivação: sufixação e prefixação; O sintagma nominal: determinativos, classes de substantivos, adjetivos, locuções adjetivas e pronomes; O sintagma verbal: classes, sistemas de tempo, aspecto e modalidade, concordância verbal, construções ativa e passiva; O sintagma adverbial: advérbios e adjuntos adverbiais; O sintagma preposicional: preposições simples e complexas, verbos frasais e preposicionais; Coordenação e subordinação)	168
4. Perspectivas discursivas (Discurso direto e relatado; Funções comunicativas no texto; O Inglês escrito e o falado inseridos no contexto das novas tecnologias de comunicação).....	175

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTOS VARIADOS

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba

identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.
- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.

- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitam sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

► Definição de Intertextualidade

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências,

inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► Tipos de Intertextualidade

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

▪ **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.

▪ **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.

▪ **Paráfrase:** Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.

▪ **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.

▪ **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.

▪ **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.

▪ **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.

▪ **Exemplo:** Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.

▪ **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.

▪ **Exemplo:** Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

► A Função da Intertextualidade

A intertextualidade enriquece a leitura, pois permite que o leitor estabeleça conexões e compreenda melhor as intenções do autor. Ao perceber a referência a outro texto, o leitor amplia seu entendimento e aprecia o novo sentido que surge dessa relação. Além disso, a intertextualidade contribui para criar

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - LEI FEDERAL Nº 8.069/90

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

§1º A garantia de prioridade compreende: (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;

c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

§ 2º Compete aos pais, além de zelar pelos direitos de que trata o art. 3º desta Lei, prestar aos filhos assistência afetiva, por meio de convívio ou de visita periódica, que permita o acompanhamento da formação psicológica, moral e social da pessoa em desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

§ 3º Para efeitos desta Lei, considera-se assistência afetiva: (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

I – orientação quanto às principais escolhas e oportunidades profissionais, educacionais e culturais; (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

II – solidariedade e apoio nos momentos de intenso sofrimento ou de dificuldade; (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

III – presença física espontaneamente solicitada pela criança ou adolescente quando possível de ser atendida. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Parágrafo único. Considera-se conduta ilícita, sujeita a reparação de danos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, a ação ou a omissão que ofenda direito fundamental de criança ou de adolescente previsto nesta Lei, incluídos os casos de abandono afetivo. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

TÍTULO II DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Art. 8º É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§1º O atendimento pré-natal será realizado por profissionais da atenção primária. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§2º Os profissionais de saúde de referência da gestante garantirão sua vinculação, no último trimestre da gestação, ao estabelecimento em que será realizado o parto, garantido o direito de opção da mulher. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§3º Os serviços de saúde onde o parto for realizado assegurarão às mulheres e aos seus filhos recém-nascidos alta hospitalar responsável e contrarreferência na atenção primária, bem como o acesso a outros serviços e a grupos de apoio à amamentação. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 4º Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 5º A assistência referida no § 4º deste artigo deverá ser prestada também a gestantes e mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção, bem como a gestantes e mães que se encontrem em situação de privação de liberdade. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 6º A gestante e a parturiente têm direito a 1 (um) acompanhante de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 7º A gestante deverá receber orientação sobre aleitamento materno, alimentação complementar saudável e crescimento e desenvolvimento infantil, bem como sobre formas de favorecer a criação de vínculos afetivos e de estimular o desenvolvimento integral da criança. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 8º A gestante tem direito a acompanhamento saudável durante toda a gestação e a parto natural cuidadoso, estabelecendo-se a aplicação de cesariana e outras intervenções cirúrgicas por motivos médicos. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 9º A atenção primária à saúde fará a busca ativa da gestante que não iniciar ou que abandonar as consultas de pré-natal, bem como da puérpera que não comparecer às consultas pós-parto. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 10. Incumbe ao poder público garantir, à gestante e à mulher com filho na primeira infância que se encontrem sob custódia em unidade de privação de liberdade, ambiência que atenda às normas sanitárias e assistenciais do Sistema Único de Saúde para o acolhimento do filho, em articulação com o sistema de ensino competente, visando ao desenvolvimento integral da criança. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 8º-A. Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º de fevereiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência. (Incluído pela Lei nº 13.798, de 2019)

Parágrafo único. As ações destinadas a efetivar o disposto no caput deste artigo ficarão a cargo do poder público, em conjunto com organizações da sociedade civil, e serão dirigidas prioritariamente ao público adolescente. (Incluído pela Lei nº 13.798, de 2019)

Art. 9º O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.

§1º Os profissionais das unidades primárias de saúde desenvolverão ações sistemáticas, individuais ou coletivas, visando ao planejamento, à implementação e à avaliação de ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e à alimentação complementar saudável, de forma contínua. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§2º Os serviços de unidades de terapia intensiva neonatal deverão dispor de banco de leite humano ou unidade de coleta de leite humano. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 10. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a:

I - manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos;

II - identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente;

III - proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais;

IV - fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato;

V - manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.

VI - acompanhar a prática do processo de amamentação, prestando orientações quanto à técnica adequada, enquanto a mãe permanecer na unidade hospitalar, utilizando o corpo técnico já existente. (Incluído pela Lei nº 13.436, de 2017) (Vigência)

§ 1º Os testes para o rastreamento de doenças no recém-nascido serão disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde, no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), na forma da regulamentação elaborada pelo Ministério da Saúde, com implementação de forma escalonada, de acordo com a seguinte ordem de progressão: (Incluído pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

I – etapa 1: (Incluído pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

a) fenilcetonúria e outras hiperfenilalaninemias; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

b) hipotireoidismo congênito; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

c) doença falciforme e outras hemoglobinopatias; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

d) fibrose cística; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

e) hiperplasia adrenal congênita; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

f) deficiência de biotinidase; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

g) toxoplasmose congênita; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

II – etapa 2: (Incluído pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

a) galactosemias; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

b) aminoacidopatias; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

MÉTODOS E ABORDAGENS DE ENSINO DA LÍNGUA INGLESA (METODOLOGIAS PRÉ-COMUNICATIVAS; METODOLOGIAS HUMANÍSTICAS; METODOLOGIAS COMUNICATIVAS; A CONCEITUAÇÃO DE “COMPETÊNCIA COMUNICATIVA”; O ENSINO DO INGLÊS INSTRUMENTAL (ESP) NO BRASIL: COMPREENSÃO LEITORA)

METODOLOGIAS PRÉ-COMUNICATIVAS

As metodologias pré-comunicativas representam os primeiros modelos sistematizados para o ensino de línguas estrangeiras. Essas abordagens surgiram antes da consolidação da perspectiva comunicativa, e sua principal característica é o foco na estrutura linguística, ou seja, no ensino explícito de regras gramaticais, vocabulário e tradução. Essas metodologias não se preocupavam, prioritariamente, com a comunicação real, mas sim com a precisão formal da linguagem.

Entre as principais metodologias pré-comunicativas estão a Gramática-Tradução e o Método Direto, cada uma com características próprias, mas ambas centradas em aspectos diferentes da linguagem que não necessariamente envolvem a interação comunicativa.

► Gramática-Tradução

Este método dominou o ensino de línguas por séculos, especialmente no contexto europeu. Sua aplicação se dava principalmente na leitura e tradução de textos clássicos. A meta principal era a aprendizagem das estruturas gramaticais por meio de regras e sua aplicação em traduções de sentenças isoladas.

As principais características dessa metodologia incluem:

- Ênfase na leitura e tradução de textos;
- Estudo explícito de regras gramaticais;
- Vocabulário aprendido por listas de palavras;
- Uso da língua materna como meio de instrução;
- Pouco ou nenhum foco na pronúncia e na oralidade.

A aprendizagem acontecia de forma bastante mecânica e intelectualizada. Os alunos, em geral, memorizavam vocabulários, paradigmas verbais e regras. A comunicação real, nesse método, era praticamente inexistente.

► Críticas ao método

Apesar de sua popularidade histórica, esse método começou a ser criticado por não desenvolver competências orais e auditivas, tão importantes na comunicação. O aprendizado era, muitas vezes, superficial e desconectado do uso prático da língua.

► Método Direto

Como reação às limitações do método de gramática-tradução, surgiu o Método Direto, no final do século XIX. Seu objetivo era criar uma experiência mais natural de aprendizagem, semelhante à aquisição da língua materna. Nesse método, a instrução era dada totalmente na língua-alvo, evitando a tradução.

Características principais:

- Aulas ministradas exclusivamente na língua estrangeira;
- Ênfase na comunicação oral desde o início;
- Vocabulário ensinado por meio de objetos, imagens e situações concretas;
- Gramática ensinada de forma indutiva (por meio de exemplos e uso real, não por regras explícitas);
- Interação oral entre professor e aluno como foco principal.

Esse método trouxe avanços significativos, principalmente no que diz respeito à oralidade, à imersão na língua e à compreensão auditiva. No entanto, também enfrentou críticas por negligenciar o ensino sistemático da gramática e por exigir professores com excelente fluência e treinamento.

► Outros métodos pré-comunicativos

Além desses dois, outras metodologias também são classificadas como pré-comunicativas, ainda que menos conhecidas. O Método Audiolingual, por exemplo, surgiu nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial com o objetivo de formar soldados fluentes em diversas línguas. Ele se baseava em teorias behavioristas e propunha a repetição de padrões linguísticos até a automatização.

Principais traços do método audiolingual:

- Uso intensivo de repetição e memorização;
- Prática de diálogos prontos (drills);
- Ênfase na pronúncia e na entonação;
- Correção imediata de erros;
- Pouco foco no uso criativo da língua.

Esse método teve grande influência nos currículos escolares durante boa parte do século XX, especialmente nos Estados Unidos e no Brasil. Sua principal crítica foi o fato de que os alunos se tornavam bons repetidores de frases, mas não desenvolviam a capacidade de se expressar espontaneamente.

METODOLOGIAS HUMANÍSTICAS

As metodologias humanísticas surgem como resposta à rigidez e à artificialidade dos métodos anteriores, especialmente os pré-comunicativos, que muitas vezes ignoravam o papel ativo do aluno e suas necessidades emocionais no processo de aprendizagem. Essas abordagens são marcadas por uma visão mais ampla do ser humano, valorizando o aspecto afetivo, social e psicológico da aprendizagem de línguas. Aqui, o foco não está apenas na língua como um sistema, mas na pessoa que aprende, em suas experiências, motivações e relações interpessoais.

As metodologias humanísticas foram especialmente influenciadas pelas teorias de psicólogos como Carl Rogers e Abraham Maslow, que defendiam a importância da autoexpressão, da empatia e da aprendizagem centrada no aluno. Com base nesses princípios, surgem propostas pedagógicas que buscam tornar a sala de aula um ambiente mais acolhedor, significativo e colaborativo.

Características gerais das metodologias humanísticas:

- Valorização da individualidade e da subjetividade dos alunos.
- Ensino centrado no aluno e não no professor.
- Ênfase na expressão pessoal e no uso da língua em contextos reais e afetivos.
- Redução da ansiedade em sala de aula e fortalecimento da autoestima.
- Aprendizagem como um processo natural, conectado à vida do estudante.
- Integração de habilidades cognitivas, afetivas e sociais.

Essas características promovem uma aprendizagem mais significativa e duradoura, pois envolvem o estudante como um todo, e não apenas como receptor de informações.

► Abordagem Afetiva (Affective-Humanistic Approach)

A Abordagem Afetiva é talvez a mais representativa dentro das metodologias humanísticas. Inspirada no trabalho de Carl Rogers, essa abordagem enfatiza a criação de um ambiente seguro e emocionalmente positivo para a aprendizagem. O professor atua mais como um facilitador do que como uma autoridade transmissora de conhecimento.

Práticas comuns dessa abordagem:

- Atividades de autoexpressão, como escrita de diários ou compartilhamento de experiências pessoais.
- Trabalhos em grupo com foco na empatia e na escuta ativa.
- Discussões abertas, onde o conteúdo linguístico surge de forma espontânea e contextualizada.
- Feedback positivo e não ameaçador.

O aluno é incentivado a assumir responsabilidade pelo próprio processo de aprendizagem, o que favorece a autonomia e o engajamento.

► Sugestopedia

Criada pelo búlgaro Georgi Lozanov, a Sugestopedia é uma metodologia que procura eliminar bloqueios emocionais e mentais à aprendizagem por meio do relaxamento e do uso da música. Lozanov acreditava que os alunos aprendem melhor quando estão tranquilos e receptivos, em estado de sugestão positiva.

Aspectos centrais da Sugestopedia:

- Aulas com música clássica e ambiente confortável.
- Uso de dramatizações e textos literários para o ensino da língua.
- Ênfase em criar uma atmosfera agradável e lúdica.
- Confiança total no potencial do aluno, mesmo sem o esforço consciente de memorização.

Apesar de parecer excêntrica, essa abordagem mostrou bons resultados, especialmente em contextos onde os alunos sofriam com insegurança e medo de errar.

► Community Language Learning (CLL)

Esse método, desenvolvido por Charles Curran, é um exemplo claro de aplicação da psicologia humanista ao ensino de línguas. Inspirado na terapia de grupo, o CLL promove um ambiente de cooperação em que os alunos se sentem emocionalmente seguros para aprender.

Como funciona:

- Os alunos sentam-se em círculo e escolhem livremente o que desejam dizer na língua-alvo.
- O professor (chamado de “conselheiro”) ajuda com a tradução e pronúncia, sem interromper ou corrigir diretamente.
- As interações são gravadas e depois analisadas, promovendo reflexão linguística e emocional.
- O foco está no desenvolvimento da fluência e da confiança dos estudantes.

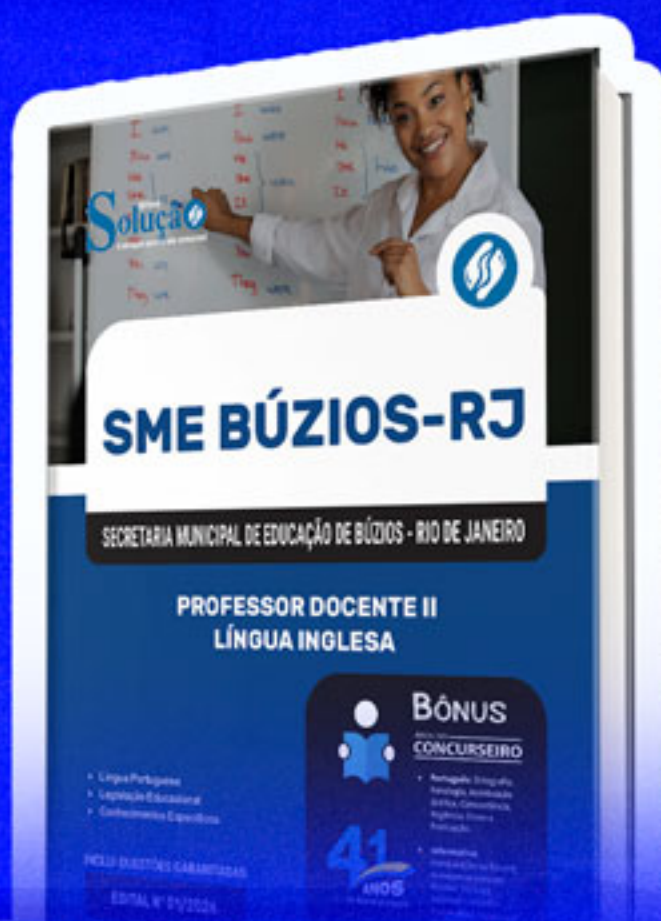
Esse método destaca a importância do vínculo entre professor e aluno, além de incentivar o trabalho coletivo como base para a aprendizagem.

► The Silent Way

Proposto por Caleb Gattegno, o Silent Way é uma abordagem que parte do princípio de que o professor deve falar o mínimo possível, permitindo que os alunos construam o conhecimento por conta própria. A ideia central é promover a autonomia e o raciocínio dos estudantes.

Principais estratégias:

- Uso de materiais visuais, como blocos coloridos e gráficos fonéticos.
- O professor atua como um guia silencioso, intervindo apenas quando necessário.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!